

Lavoura arcaica no interior de SP

PALOMA OLIVETO

DA EQUIPE DO CORREIO

Vidal Cavalcante/AE/24.11/05

O sonho de conseguir serviço com carteira assinada levou 13 trabalhadores rurais à morte entre abril do ano passado e a última semana. Por trás da modernidade produtiva das usinas de álcool paulistas, esconde-se um método arcaico de obtenção da matéria-prima, a cana-de-açúcar. O estado é responsável por 60% da produção no país, que é a maior do mundo. O setor sucroalcooleiro movimenta cerca de R\$ 40 bilhões por ano.

Com jornadas exaustivas de trabalho e péssimas condições de alimentação e moradia, os cortadores são vítimas de mutilações, problemas de saúde irreversíveis e morte. A vítima mais recente foi Antonio Ribeiro Lopes, 55 anos, trabalhador da zona canavieira de Ribeirão Preto, morto no dia 24. Em protesto, os cortadores da usina Bonfim, em Guariba, fizeram uma paralisação de 24 horas.

Na última quarta-feira, a Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou pedido de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as condições do trabalho rural no estado. A CPI vai apurar ainda as subcontratações, insalubridade, trabalho infantil e o possível trabalho escravo. Apesar da aprovação, o início dos trabalhos da comissão ainda depende de um acordo de líderes de bancada, já que existem outras 59 CPIs na fila.

“O trabalhador corta cana o



CORTADORES DE CANA FIZERAM PROTESTO NA USINA GUARIBA: MORTES CAUSADAS PELO EXCESSO DE TRABALHO

dia inteiro, debaixo de sol ou chuva. É penoso, é difícil, mas é o trabalho que sobra para nós”, resigna-se Wilson Rodrigues Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guariba. A maioria dos cortadores de cana empregada pelas usinas de SP vem de Minas Gerais, uma tradição de mais de 50 anos.

As más condições de trabalho dos cortadores de cana foram denunciadas pela Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Traba-

lho, com apoio das Nações Unidas e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Em 57 páginas, a relatora, Cândida da Costa, aponta uma série de irregularidades cometidas pelos usineiros e faz recomendações ao Ministério Público do Trabalho e a vários órgãos do governo federal.

O documento também será entregue ao ministro do Trabalho, Luiz Marinho. “Queremos acreditar que boa parte das recomendações será cumprida. As

mortes estão acontecendo pelo conjunto de fatores”, afirma Cândida da Costa.

Causas desconhecidas

A relatoria esteve em Ribeirão Preto, entre 24 e 27 de outubro, para investigar denúncias feitas pela Pastoral do Migrante, movimento da Igreja Católica. Até então, 10 trabalhadores haviam morrido em decorrência de causas não esclarecidas. No atestado de óbito, aparecem como vítimas

RELATÓRIO

- ✓ Responsabilização judicial das empresas que estejam descumprindo a lei
- ✓ Investigação periódica do Ministério do Trabalho das condições de trabalho na região
- ✓ Combate ao aliciamento de pessoas para trabalhar em outros estados sob o regime de superexploração
- ✓ Suspensão de incentivos governamentais às empresas em que forem constatadas irregularidades
- ✓ Investigação das causas das mortes dos trabalhadores

pelas usinas ou em casas alugadas por eles mesmos, pelo empreiteiro ou pelo “gato”, o aliciador. Os cortadores de cana pagam entre R\$ 50 e R\$ 100 pelo aluguel de casas em favelas e cortiços.

Para chegar às fazendas, eles levam, em média, duas horas de viagem. Trabalham geralmente das 6h às 16h e, depois de cortar a cana, fazem outras atividades, como recolhimento de pedaços não aproveitáveis da cana-de-açúcar. Eles não recebem pagamento por isso.

Paga-se de R\$ 2,40 a 2,50 por tonelada de cana cortada. “Isso equivale a uns 10m de plantação e, em meia hora, dá para cortar uma tonelada. O problema é que a pesagem não é feita na frente do trabalhador, mas nas máquinas das usinas”, relata o líder sindical.

Em algumas fazendas, a alimentação é levada pelo próprio cortador. Mas, como não há lugar para guardarem a comida, que raramente inclui carne, a marmitta tem de ir para o lixo porque, sob o sol, estraga.

A relatoria identificou formas de contratação semelhantes à da escravidão moderna, em que trabalhadores são levados por “gatos”. A partir daí, acontece o endividamento do trabalhador, que paga pelo transporte à fazenda. Chegando à usina, são obrigados a consumir os itens fornecidos pela própria empresa, que estipula os preços cobrados. Endividados, os trabalhadores não podem sair da fazenda enquanto não quitarem as dívidas.

de parada cardiorrespiratória, morte súbita, acidente cerebral hemorrágico, parada cardiorespiratória e enfarte.

Durante a visita, a relatoria constatou que a maioria dos trabalhadores é de homens pardos e negros, que imigraram do Vale do Jequitinhonha (MG) e dos estados do Maranhão, Bahia, Paraíba, Pernambuco e Piauí. Eles deixam as famílias na época da safra e, geralmente, ficam hospedados em alojamentos mantidos